

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Leonardo Félix Machado

**O Movimento de ITCPs e sua difusão no Brasil**

Trabalho realizado pela aluno de  
Administração de Empresas da Escola  
de Administração de Empresas da  
Fundação Getúlio Vargas sob  
orientação do Professor Doutor Mário  
Aquino Alves

SÃO PAULO - SP  
2014

## RESUMO

Esse estudo descreve historicamente o surgimento e o movimento de difusão das Incubadoras de Economia Solidária no Brasil, desde meados da década de 90 até o momento atual. Aqui também analisamos os fatores ambientais que motivaram o surgimento desse tipo de organização, nos diversos períodos históricos, e políticas e demais ações empreendidas no sentido de fomentar esse movimento de difusão. Também analisamos os fatores internos às instituições de ensino nas quais as incubadoras se estabeleceram, buscamos entender os contextos de surgimento das Incubadoras de Economia Solidária nas universidades e os fatores que motivaram e facilitaram o surgimento da organização. Por fim, fazemos algumas reflexões e propostas de melhoria de estudos futuros dentro dessa mesma linha. Apontamos também pesquisas futuras que podem vir a contribuir para o entendimento desse movimento no Brasil.

## SUMÁRIO

### Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. OBJETIVO</b>	<b>6</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA</b>	<b>6</b>
<b>4. O CASO DA INCUBADORA PIONEIRA</b>	<b>6</b>
<b>5. HIPÓTESES</b>	<b>8</b>
5.1 FATORE DETALHADOS	9
5.1.1 Motivadores do Ambiente Externo	9
5.1.2 Facilitadores do ambiente externo	10
5.1.3 Motivadores do ambiente interno	13
5.1.4 Facilitadores do ambiente interno	13
<b>6. METODOLOGIA</b>	<b>14</b>
<b>7. UNIVERSO DAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	<b>15</b>
7.1 Distribuição das IES ativas	16
<b>8. MOTIVADORES AMBIENTAIS</b>	<b>17</b>
<b>9. FACILITADORES AMBIENTAIS</b>	<b>20</b>
9.1 Articulação da Sociedade Civil	23
9.2 Políticas Públicas	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>10. RESULTADOS</b>	<b>27</b>
10.1 PRONINC	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>11. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
<b>12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>31</b>
<b>13. ANEXO I – INSTRUMENTO DE COLETA</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Quando esse projeto de pesquisa foi concebido buscava-se entender “O Movimento de ITCPs e sua difusão no Brasil”. Ao começarmos então nossa pesquisa exploratória descobrimos que as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é um conceito tanto quanto é uma forte identidade dentro de um segmento de um campo organizacional. Muitas organizações levam esse nome seguido de um sufixo das siglas das instituições de ensino as quais estão vinculadas. Mas muitas outras rejeitam essa marca, pelas identidades que foram significando o conceito.

Sendo assim, trabalhamos aqui com a ideia de entender o movimento de difusão das Incubadoras de Economia Solidária (IES); pois o conceito de incubação e todo o arranjo de significados que está contido dentro da Economia Solidária formam uma identidade que é aceita por todas essas organizações. Sendo então, essa identidade a base para trabalharmos com a ideia de um campo institucional.

As incubadoras são organizações que apoiam o nascimento e buscam, por um período, nutrir alguma outra organização em uma perspectiva integral, ou seja, de trabalhar os aspectos de gestão, estratégia, operação, e cultura de forma simultânea e coerente. As incubadoras de economia solidária por sua vez, vão empreender esse trabalho a luz de um conjunto de valores e pressupostos orientados por uma visão de mundo, ou sentimento de propósito, que está contido nas diferentes leituras que se pode fazer da ideia da Economia Solidária.

A Economia Solidária tem suas origens no socialismo utópico que chega ao Brasil e começa a se constituir no campo teórico. Ela prevê uma nova forma de ser pensar a economia, através de uma nova lógica de organização do trabalho. O trabalho, nesse contexto concretiza uma estratégia de sobrevivência e de melhor qualidade de vida das pessoas excluídas da economia de mercado. Seus valores estão fundados nas relações de colaboração solidária, na valorização do trabalho humano e na promoção das necessidades básicas como eixo da atividade econômica (ANDRADE, 2004). Conceitos como autogestão, empreendedorismo solidário, sustentabilidade, democracia participativa, consumo ético, moedas sociais, complexos cooperativos, subjetividade, desenvolvimento local, redes de colaboração solidária, software solidário, redes de trocas, comércio justo etc., atravessam os sentidos para a definição dessa outra lógica econômica (ANDRADE, 2004).

*foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos e serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com os familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado e abandonado. [...] A economia solidária foi concebida pelos "utópicos" como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social. (SINGER, 2002, p.114-115)*

Hoje ela se transpôs do campo teórico ao ser percebida, e empreendida, em diversas atividades produtivas e práticas; sendo a cooperativa então o principal símbolo desse tipo de relação ao ser o modelo jurídico brasileiro que melhor suportar essa lógica organizacional.

As incubadoras tem então um importante papel nesse contexto, pois elas assimilam esse referencial teórico e encontram formas de leva-lo à prática. Nesse processo, de aplicação, ela também acaba por retroalimentar o campo de estudo, sofisticando então a sua produção. É importante também dizer, que essas organizações estão articuladas dentro das universidades brasileiras, muitas como um programa de extensão, aproveitando então os fluxos que já se dá a partir do tripé da universidade pública de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse estudo, então, vamos introduzir um entendimento sobre os processos de constituição desse tipo de organização, buscando entender elementos que motivaram e influenciaram o seu surgimento; elementos esses que podem estar ainda ressoando na história dessas organizações, ajudando-nos então a perceber algumas linhas que perpassam essas organizações e todo o ecossistema que ela está voluntariamente inserida. Para então continuarmos avançando no entendimento da complexidade de suas relações.

## **2. OBJETIVO**

O objetivo desse projeto de pesquisa é analisar a difusão do movimento das Incubadoras de Economia Solidária – para compreender a complexidade das suas relações e seus possíveis desdobramentos quanto à criação de organizações alternativas no campo.

## **3. JUSTIFICATIVA**

O presente projeto se justifica por uma oportunidade de pesquisa no campo da economia solidária; o movimento das IES vem se expandindo, sobretudo nos últimos cinco anos e há poucos estudos que apontam as condições e motivações para essa expansão e os rumos que esse movimento está tomando.

Esse estudo se mostra importante pois as IES pautam, dentro das universidades, modelos organizacionais inovadores e emancipatórios; sendo, também, o core das ITCPs levar esses modelos inovadores e emancipatórios para os beneficiários atendidos.

A expansão desses modelos organizacional, combinado com outros movimentos, sugere a formação de um campo institucional, ainda incipiente. Interessa então entender como esse campo, formado por esse tipo de organização, irá se organizar e se consolidar.

## **4. O CASO DA INCUBADORA PIONEIRA**

O começo da década de 90 foi marcado por crises econômicas e políticas e também por um processo ainda incipiente de consolidação da democracia brasileira, após 21 anos de regime militar. O país experimentou um momento de efervescência dos movimentos sociais, a partir da consolidação dos movimentos de esquerda na década anterior; como o Partido dos Trabalhadores, a central sindical de esquerda (a CUT – Central Única dos Trabalhadores) e outros movimentos populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em 1993 a partir de um cenário de agravamento da miséria e da fome no Brasil, o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, a partir do Movimento pela Ética na Política, lançou o programa Ação Cidadania que tinha como objetivo a mobilização de diversos segmentos da sociedade brasileira na solução dos problemas da fome e da miséria. O movimento deu origem a vários comitês por todo o país, assim, no mesmo ano surge no Rio de Janeiro o COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida.

A missão do COEP era justamente articular entidades de interesse público para articular ações de combate à fome. No começo faziam parte 30 entidades, dentre elas a

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). (SENAES, 2012)

Em 1995 o COEP apoiou a constituição de uma cooperativa de trabalhadores autônomos na favela de Manguinhos, juntamente com a Fundação Oswaldo Cruz e a COPPE/UFRJ. (SENAES, 2012)

A COPPE já estava familiarizada com as incubadoras de base tecnológica para apoiar empresas, então, nesse momento, a partir da experiência de apoio a Cooperativa de Manguinhos, surge dentro da COPPE uma proposta de inovação na abordagem da extensão universitária, que buscava reorientar os trabalhos de incubação de empresas para cooperativas populares como estratégia de transferência de tecnologia e conhecimento na perspectiva de geração de renda e combate a pobreza.

Nesse contexto, em 1996, surge no Brasil a primeira IES a ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ. O projeto foi financiado pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal) que previa formas de difusão do modelo da UFRJ.

*Durante todo o período de estruturação do projeto ITCP/COPPE/UFRJ algumas universidades e alguns governos buscaram a incubadora e as fontes de fomento na possibilidade de montar projetos similares, tendo em vista sua repercussão. Essa pressão foi positiva e começou-se a amadurecer a idéia da montagem de incubadoras em outras universidades. Desde o seu início a incubadora sempre foi vista como projeto piloto a ser montado em outros locais. O compromisso é repassar essa tecnologia a outras instituições. (GUIMARÃES, 2000, p. 114)*

Nesse sentido, de fomentar a difusão do modelo, em 1998 foi realizado um seminário na UFRJ que visava apresentar a experiência da ITCP da COPPE/UFRJ. Antes mesmo do seminário, algumas universidades já haviam tomado conhecimento da experiência e já começavam a empreender os primeiros movimentos para se fundar outras IES. Na ocasião do seminário, então, surgem cinco outras ITCPs, sendo elas: Federal do Ceará (UFC), de São Paulo (USP), Federal Rural de Pernambuco (UFRPe), Federal do Paraná (UFPR) e Estadual da Bahia (UNEB).

Ainda no seminário é criada a Rede de ITCPs formada pelas seis incubadoras existentes, que tinha como objetivo facilitar a troca de experiências e conhecimento e ampliar a difusão do modelo.

## 5. HIPÓTESES

Para construção do instrumento de coleta de dados para esse estudo foi criado uma matriz que visa entender os fatores que motivaram e facilitaram o surgimento de uma IES dentro de uma certa instituição de ensino. Dividiram-se os motivadores e facilitadores em relação ao ambiente externo à universidade e o ambiente interno, chegando à seguinte matriz:

	<b>Ambiente externo</b>	<b>Ambiente Interno</b>	
<b>Motivadores</b>	Contexto socioeconômico e político	Pesquisa e ideologia	
	Economia solidária e difusão ideológica	Movimento estudantil	
<b>Facilitadores</b>	Articulação da Sociedade Civil	Percepções das demandas do entorno	
	Financiamento às IES	PRONINC	Programas de extensão
		FINEP	
		PROEX	Apoio institucional
		CNPq	
Políticas Públicas	Pesquisas e seminários		

Para escolha então dos fatores, conforme apresentado na matriz, tomou-se a experiência da ITCP da COPPE/UFRJ para se levantar algumas hipóteses de fatores que motivaram e facilitaram o surgimento de uma IES.

Pelo estudo exploratório dessa primeira experiência em particular, descobre-se que o contexto socioeconômico e político foi fator nitidamente motivador para o surgimento da primeira IES, assim como a articulação de organizações da sociedade civil, motivadas pelo mesmo fator e um caráter ideológico que é o que orienta toda a organização para a incubação de cooperativas. Vale ressaltar que nesse primeiro momento a economia solidária, enquanto movimento teórico acadêmico, não se apresenta como fator relevante, mas o seu símbolo maior, a cooperativa, está na essência desse projeto.

Outro fator relevante nessa primeira experiência é a perspectiva dos programas de extensão. A partir da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, há uma mudança no perfil dos programas de extensão nas universidades públicas; e a própria ITCP da COPPE surge como uma resposta à essa nova perspectiva que propunha que as atividades desenvolvidas pelos programas de extensão fossem mais orientadas para a comunidade, estabelecendo um princípio de reciprocidade.

O financiamento, no caso pela FINEP, também se mostrou como fator relevante. O apoio que a iniciativa encontrou dentro da UFRJ através da COPPE e demandas do entorno, como o

pedido de assessorar a cooperativa de Manguinhos feita pelo COEP; também se mostraram como fatores significativos nessa primeira experiência.

Os outros fatores apontados na matriz como políticas públicas, movimento estudantil e pesquisas e seminários, não foram encontrados diretamente na experiência da ITCP da COPPE/UFRJ. Mas, no entanto, foram tomados como hipóteses a partir da pesquisa exploratória que encontrou a Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, como um importante órgão que surgiu em 2002 para consolidar e articular várias políticas públicas de incentivo às IES. Também que em algumas universidades o movimento estudantil se mostrou como fator relevante. E, a partir do seminário realizado pela UFRJ em 1998 que culminou no surgimento de mais cinco IES, a importância das pesquisas e seminários para o surgimento de novas IES.

## **5.1 FATORE DETALHADOS**

### **5.1.1 Motivadores do Ambiente Externo**

#### *Contexto socioeconômico e político*

A primeira IES surgiu em meio a um contexto de crises socioeconômicas, com o agravamento do quadro da pobreza e da fome no Brasil; precedido por crises políticas que culminaram no impeachment do Presidente Fernando Collor em 1992. Desde então houve diversas mudanças no contexto socioeconômico e político brasileiro, que de alguma forma proporcionou diferentes motivações para o surgimento de organizações alternativas como as IES.

#### *Economia Solidária e difusão ideológica*

A economia solidária tem suas origens nas lutas históricas dos trabalhadores no início do século XIX, que se organizavam sob a forma cooperativa como estratégia de resistência contra o avanço do capitalismo industrial.

No Brasil a economia solidária começou a surgir na década de 80 como reação dos movimentos sociais frente à crise do desemprego em massa e altas na inflação. Na década de 90 ganhou força a partir dos primeiros movimentos de fábricas recuperadas por trabalhadores que passaram a se organizar sobre a forma cooperativista. Várias entidades e instituições começaram a apoiar iniciativas associativas para constituição e articulação de cooperativas, redes de produção e consumo e feiras de trocas.

Além de uma efervescência no campo, também nota-se um avanço do tema nas pesquisas acadêmicas e movimentos políticos, que culminaram no surgimento de fóruns de economia solidária.

A economia solidária é um setor da economia articulado pelos princípios que o regem, mais do que pelo tipo de atividade econômica que é tão diversa quanto das empresas capitalistas. ( [www.itcp.usp.br](http://www.itcp.usp.br))

Sendo assim, há um forte caráter ideológico no movimento de economia solidária que é difundido pelas experiências no campo, pesquisas e publicações e demais espaços de discussão que podem ter motivado às primeiras iniciativas que culminaram no surgimento de uma IES.

### **5.1.2 Facilitadores do ambiente externo**

#### *Organizações da Sociedade Civil*

Desde o surgimento da primeira IES nota-se a importância da articulação das organizações da sociedade civil, que no caso, fortemente o COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida e o programa Ação Cidadania que desempenharam papel fundamental no surgimento da ITCP/COPPE/UFRJ.

A partir do fortalecimento do movimento da economia solidária outras entidades surgiram para apoiar diretamente às IES, são exemplo o Fórum Brasileiro de Economia solidária (FBES), a Rede de ITCPs e a Rede Unitrabalho.

**FBES** – O Fórum Brasileiro de Economia Solidária surgiu em 2002 a partir de uma oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” que aconteceu no I Fórum Social Mundial (I FSM). O FBES está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. (<http://www.fbes.org.br/>)

**Rede de ITCPs** – A Rede de ITCPs foi constituída pelas seis primeiras IES fundadas no Brasil em 1998. Hoje conta com mais de 40 IES e sua missão é ser um espaço de articulação, troca de experiência, apoio e fomento às iniciativas de incubação de empreendimentos da economia solidária.

**UNITRABALHO** - A Unitrabalho é uma Rede Nacional de Universidades fundada em 1995 que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. (<http://www.unitrabalho.org.br/>) Em 1998 a Unitrabalho criou o “Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares” para congregar as diversas experiências de incubadoras de economia solidária. Hoje a Unitrabalho conta com cerca de 40 incubadoras na sua rede.

Além dessas organizações, diversas outras desempenham papel relevante no apoio às IES, tanto diretamente quando indiretamente. Interessa então, mapear quais organizações estiveram presentes no surgimento de cada IES e qual a sua relevância nesse processo.

### *Financiamento às IES*

Em nossa pesquisa exploratória descobrimos que muitas IES surgem oficialmente a partir do financiamento de um projeto de incubação de empreendimentos de economia solidária (EES) ou projetos de pesquisa. Os principais programas de financiamento presentes na constituição de uma IES são:

**PRONINC** – Programa Nacional de Incubadoras de Economia Solidária é um fundo criado em 1997 tendo como signatários a FINEP, o Banco do Brasil, e o COEP. A partir de 2003 o programa passou a ser gerido pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária ainda em parceria com a FINEP e Banco do Brasil.

**FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos é uma entidade pública que além de fazer parte do comitê gestor do PRONINC, viabilizou diretamente o financiamento à projetos de economia solidária ligados ao tema da tecnologia social. A chamada mais notória é a de 2006 que aprovou proposta de 21 incubadoras no edital “Rede de Tecnologia Social - Incubação de Empreendimentos Solidários” que aportou recursos da ordem de R\$ 3,1 milhões advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), da Caixa Econômica Federal e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**ProExt** - O Programa de Extensão Universitária foi criado em 2003 tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. (<http://portal.mec.gov.br/>) . O programa já financiou várias IES que em sua maioria são programas de extensão universitária.

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é um agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) criada em 1951, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. (<http://www.cnpq.br/>). O CNPq vem apoiando as incubadoras de economia solidária através de bolsas de estudo e pesquisa para os membros das IES. Recentemente, em 2013, lançou duas linhas de financiamento direto às IES: Linha A: Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária. Linha B: Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária.

Além dos programas já citados, interessa saber quais outras fontes de financiamento são importantes para o surgimento de uma IES e qual o peso desse fator nesse processo.

### *Políticas Públicas*

As políticas públicas de economia solidária tiveram sua primeira consolidação em 2003 a partir do Decreto n 4.764, de 24 de junho de 2003, que instituiu a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em decorrência da aprovação da Lei n 10.683, de 28 de maio de 2003, que atribuiu ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) competências na área de cooperativismo e do associativismo urbano (SENAES, 2012).

A SENAES trouxe as pautas da economia solidária para dentro do governo federal e iniciou uma articulação junto a vários ministérios para fomento às práticas de economia solidária. Além da gestão do PRONINC e articulação de outros programas de financiamento, a SENAES empreende diversas ações de difusão da economia solidária, como seminários de EES, conferências com as IES, programas de formação de formadores em economia solidária, publicações e outros. A SENAES também desenvolveu o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que integra um banco de dados sobre EES, IES, Fóruns de Economia Solidária e políticas públicas em outras esferas públicas.

Interessa então entender como a SENAES contribui diretamente para o surgimento de cada IES estudada e mapear demais políticas públicas locais que também facilitaram o surgimento das IES.

### 5.1.3 Motivadores do ambiente interno

#### *Pesquisa e ideologia*

Em muitas universidades o surgimento das IES é precedido por um movimento acadêmico de pesquisas no campo da economia solidária que podem ter motivado professores e alunos à pesquisa aplicada e posteriormente a criação de programas de extensão como as IES.

Os estudos em economia solidária também trazem uma dimensão ideológica que pode ter motivado a criação das IES.

#### *Movimento estudantil*

Uma característica das IES é a forte presença de estudantes mobilizados pelos anseios de se empreender uma nova lógica econômica e engajados na luta de combate a pobreza. Sendo assim, interessa entender como a articulação dos estudantes influenciou a criação das IES e qual o papel desenvolvido por eles nesse processo.

#### *Percepções das demandas do entorno*

Em nossa pesquisa exploratória descobrimos que algumas IES surgiram a partir de uma demanda percebida dentro e no entorno das universidades, como greve de funcionários, relacionamento da universidade com a comunidade, demandas por pesquisa aplicada e fortalecimento dos programas de extensão.

### 5.1.4 Facilitadores do ambiente interno

#### *Programas de extensão*

A extensão universitária passou a ter relevância nas universidades brasileiras a partir da constituição de 1988, quando foi estabelecido o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em 1996, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Artigo 43 estabelecia como finalidade da educação superior: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviço especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;” “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

Mais tarde, em 1998, foi desenvolvida a Política Nacional de Extensão Universitária pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX),

que trouxe o seguinte conceito: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.”

O movimento de fortalecimento dos programas de extensão universitária coincide com o momento de surgimento das primeiras IES, as quais, em sua grande maioria, são institucionalmente programas de extensão. Sendo assim, buscamos entender como as políticas de apoio aos programas de extensão universitária bem como as demandas internas à universidade podem ter facilitado e a criação das IES.

#### *Apoio Institucional*

Para o surgimento de uma IES dentro da universidade parece imprescindível o apoio da instituição de ensino ou de um grupo politicamente engajado com o propósito da organização que facilita a introdução da agenda da economia solidária, ou apenas dos programas de extensão, junto aos dirigentes das universidades.

#### *Pesquisas e seminários*

As pesquisas na área, conforme já citado, pode em um primeiro momento ser um motivador para o surgimento da IES e em um segundo momento pode facilitar o processo de criação e implementação, ao fornecer base teórica e metodológica norteadora das atividades da IES.

Além das pesquisas, interessa compreender se eventos como seminários ligados ao tema podem ter contribuído para facilitar o surgimento da IES dentro da universidade.

## **6. METODOLOGIA**

A primeira fase do projeto de pesquisa foi fazer um levantamento das IES ativas atualmente no Brasil. Esse levantamento buscava levantar informações de contato, para se criar um banco de dados para esta e futuras pesquisas, e também dados básicos como ano de fundação e instituição de ensino vinculada.

Esse levantamento foi feito através de dados coletados junto à organizações como a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho. Também foi feito envio de questionário por e-mail e ligações telefônicas.

Paralelamente ao levantamento das IES foi feito um estudo de caso do surgimento da primeira ITCP da COPPE/UFRJ. Para tanto não foi difícil encontrar uma série de estudos, publicados pelos próprios envolvidos na fundação da ITCP, que detalhavam essa experiência.

A segunda fase foi fazer um estudo exploratório do histórico de 4 importantes IES, sendo elas as IES das Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade Federal da Bahia (UFAB). Esse estudo foi feito a partir de visitas às IES e estudo de material disponível no site das organizações.

A partir então desses estudos foi possível construir a matriz de fatores relevantes para o processo de surgimento de IES, que serviu como base para a construção do instrumento de coleta. (em anexo)

O questionário foi enviado para todas as 66 IES constantes no banco de dados levantado, mas, no entanto obteve-se apenas 14 respostas, que significa uma amostra de 21 % do universo de IES ativas.

## **7. UNIVERSO DAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Através do mapeamento inicial, chegou-se a um banco de dados que continha 81 contatos de Incubadoras de Economia Solidária. Desse total, 7 estão inativas hoje, 8 não foi possível entrar em contato e 66 estão em funcionamento.

Sobre as incubadoras inativas, não foi feita uma investigação mais aprofundada para entender a causa da descontinuidade. O que se observou em muitos casos é que as incubadoras surgem a partir de um projeto de pesquisa ou extensão e muitas não conseguem dar continuidade após o fim de um projeto em específico. Mas, no entanto, podem ressurgir a partir de uma oportunidade. Isso é possível pois muitas incubadoras estão vinculadas a algum núcleo dentro da universidade que consegue garantir sustentabilidade para os pesquisadores e extensionistas em outras atividades.

Sendo assim, o número de incubadoras ativas pode estar constantemente sofrendo variações a depender dos tipos de organização e fatores que podem ativa-las.

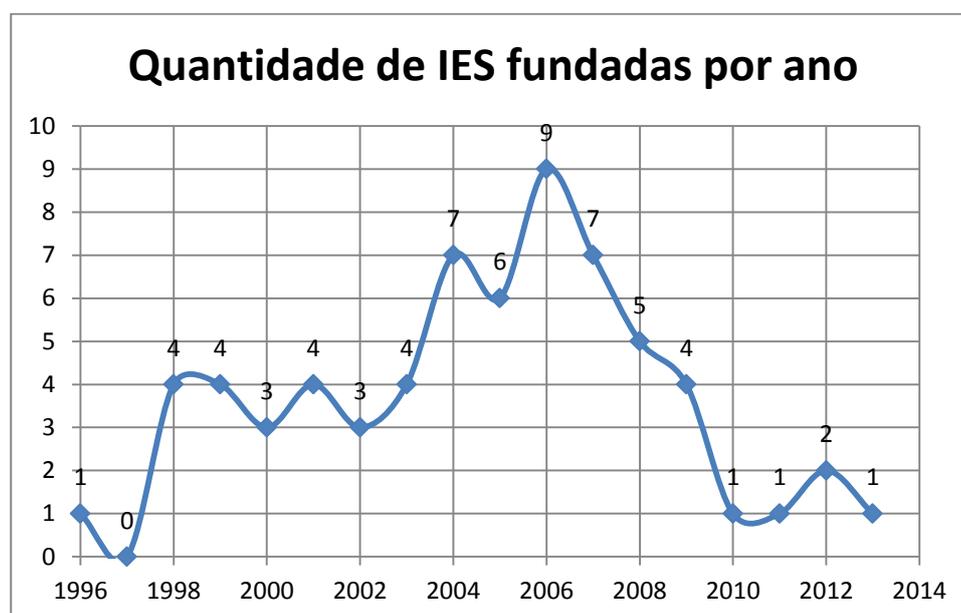
## 7.1 Distribuição das IES ativas

As IES estão presentes em 20 dos 26 estados da federação mais o distrito federal. Não encontramos IES em Roraima, Sergipe, Piauí, Amazonas, Amapá e Maranhão. A seguir uma tabela com a distribuição por região.

Região	Quantidade de IES	% de IES	População
SUDESTE	20	30,30%	42,44%
SUL	17	25,76%	14,84%
NORDESTE	15	22,73%	28,42%
CENTRO-OESTE	8	12,12%	6,83%
NORTE	6	9,09%	7,46%
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Em relação a distribuição das IES a partir do ano de fundação, tem-se o seguinte gráfico feito a partir das 66 IES ativas e contatadas:



Vale dizer que muitas dessas incubadoras nascem mais em um período do que em um lugar marcado no tempo. Muitas começam como grupos de estudos, por exemplo, e vão ganhando forma no tempo. As respostas dadas então para esse pergunta, do ano de fundação, pode variar, mesmo dentro uma única organização, a partir da percepção do respondente. Muitos consideram o momento da formação dos primeiros grupos de estudos como sendo o momento de

fundação da organização, muitos outros vão considerar o momento da chegada de um projeto estruturado, ou ainda, quando a incubadora recebe reconhecimento institucional.

Outra característica observada é a intermitência de muitas dessas organizações. A grande maioria possui uma forte dependência de recursos públicos, de forma que quando os recursos cessam elas podem se encontrar inativas, e serem novamente ativadas com a chegada de novos recursos. Podemos também encontrar incubadoras que não estão no momento operando projetos de extensão, mas as atividades de pesquisa e formação podem estar ativas mantendo então um funcionamento parcial da organização.

## 8. MOTIVADORES AMBIENTAIS

A análise de percepção dos motivadores ambientais foi feita através de cinco afirmações feitas em uma escala likert de 5 itens. Os itens da escala são:

Itens Escala Likert	
Concordo Totalmente	5
Concordo Parcialmente	4
Indiferente	3
Discordo Parcialmente	2
Discordo Totalmente	1

As afirmações estão relacionadas aos fatores conforme a tabela a seguir:

Afirmação	Fatores relacionados	Ambiente
O contexto socioeconômico e político brasileiro motivou o surgimento da incubadora	Contexto Socioeconômico e Político	Externo
A incubadora surgiu a partir de uma corrente ideológica dentro da universidade	Pesquisa e ideologia	Externo
As pesquisas e publicações em economia solidária serviram como base para formação da incubadora	Economia solidária e difusão ideológica	Interno
O movimento estudantil foi essencial para a criação da incubadora	Movimento Estudantil	Interno
A incubadora surge mais por uma demanda interna à universidade do que externa	Percepções das demandas do entorno	Interno

Resultados:

		MOTIVADORES				
		EXTERNO		INTERNOS		
Nome da incubadora e universidade	Ano de fundação	Contexto Socioeconomico e Politico	Economia solidária e difusão ideológica	Pesquisa e ideologia	Movimento Estudantil	Percepções das demandas do entorno
Universidade Estadual de Maringá	2000	4	5	4	1	3
Fundação Getúlio Vargas	2001	4	4	4	4	4
Universidade Federal da Paraíba	2001	5	3	5	1	4
Universidade do Estado do Mato Grosso	2003	5	4	4	1	1
Universidade Federal do Rio Grande	2004	4	4	5	3	4
Universidade Federal de Lavras	2005	5	4	4	1	4
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2006	5	5	5	1	1
Universidade Federal do Tocantins	2006	5	4	1	1	1
Universidade Federal de Maringá - Campus Umuarama	2006	SR	SR	SR	3	SR
Universidade Católica do Salvador	2009	5	5	1	1	4
Universidade Federal de Pelotas	2010	4	4	5	5	4
Universidade Federal de Santa Maria	2012	5	5	3	1	5
Universidade Federal de Ouro Preto.	2012	5	5	4	1	4
Universidade Federal da Fronteira Sul	2013	5	4	5	1	3

Resumo das observações:

		MOTIVADORES				
		EXTERNO		INTERNOS		
		Contexto Socioeconômico e Político	Economia solidária e difusão ideológica	Pesquisa e ideologia	Movimento Estudantil	Percepções das demandas do entorno
FREQUÊNCIA	Concordo Totalmente	9	5	5	1	1
	Concordo Parcialmente	3	8	5	1	8
	Indiferente	0	1	1	2	1
	Discordo Parcialmente	0	0	0	0	0
	Discordo Totalmente	0	0	2	10	3
MODA		Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Discordo Totalmente	Concordo Parcialmente

Em relação aos motivadores externos, nenhuma incubadora que respondeu a pesquisa discorda que o **Contexto Socioeconômico e Político** e a perspectiva **Ideológica da Economia Solidária** foram fatores de influência para o surgimento das IES.

Em relação aos motivadores internos não há um entendimento comum dos fatores que motivaram o surgimento de cada IES. Em relação à **Pesquisa e Ideologia**, duas IES, da UFT e da UCSal discordam totalmente que esse seja um motivador para o surgimento de suas IES. Olhando então para a história dessas incubadoras descobrimos que a UCSal surgiu a partir de um núcleo de fomento à empreendimentos populares, não necessariamente cooperativas. Esse núcleo operava em uma perspectiva de transferência tecnológica e aplicação prática. De forma que parece não se identificar com um viés ideológico. Já a UFT surge juntamente com o NESOL - Núcleo de Economia Solidária, mas se diferencia deste na medida em que se aproxima mais da prática de incubação enquanto o NESOL se encarrega das produções acadêmicas. Ou seja, ambas IES se identificam com um viés mais técnico, se afastando da ideia de terem surgido por uma motivação acadêmica e/ou ideológica.

Em relação ao **Movimento Estudantil**, a grande maioria é indiferente ou discorda que esse fator tenha motivado o surgimento de suas IES. Somente as IES da FGV e da UFPEL parecem se identificar com esse fator. A incubadora da FGV se identifica, pois surgiu a partir de uma movimentação de estudantes, embora esses estudantes não fossem engajados com o movimento estudantil tradicional. Já a incubadora da UFPEL se identifica mais fortemente com o fator, pois a incubadora surgiu a partir de uma tradição do movimento estudantil, ligado aos centros acadêmicos da universidade.

Em relação às **Percepções das Demandas do Entorno**, a grande maioria das IES concordam que alguma demanda percebida no entorno motivou o surgimento de suas IES. Somente as IES da UNEMAT, UFRN e UFT parecem não terem tido nenhuma demanda específica para a criação da IES. No caso da UNEMAT e UFRN, elas surgiram através de um programa de fomento a novas IES da Unitrabalho, no caso da UFT não foi possível identificar um fator específico para o surgimento da IES.

## 9. FACILITADORES AMBIENTAIS

Para a análise de percepção dos facilitadores ambientais foi feita duas perguntas abertas para se auferir os facilitadores relacionados ao fator “Políticas Públicas” e “Articulação da Sociedade Civil” e quatro afirmações feitas em uma escala likert de 5 itens. Os itens da escala são:

Itens Escala Likert	
Concordo Totalmente	5
Concordo Parcialmente	4
Indiferente	3
Discordo Parcialmente	2
Discordo Totalmente	1

As afirmações estão relacionadas aos fatores conforme a tabela a seguir:

Afirmação	Fatores relacionados	Ambiente
A universidade apoiou a criação da incubadora	Apoio Institucional	Interno
As pesquisas e publicações em economia solidária serviram como base para formação da incubadora	Pesquisas e seminários	Interno
A incubadora se encaixa bem nos princípios da extensão universitária	Extensão Universitária	Interno
O financiamento público foi decisivo para criação da incubadora	Financiamento	Externo

Resultados:

Nome da incubadora e universidade	Ano de fundação	INTERNOS			EXTERNOS
		Apoio Institucional	Pesquisas e Seminários	Extensão Universitária	Financiamento
Universidade Estadual de Maringá	2000	4	5	5	4
Fundação Getúlio Vargas	2001	4	4	3	3
Universidade Federal da Paraíba	2001	5	3	5	5
Universidade do Estado do Mato Grosso	2003	4	4	5	3
Universidade Federal do Rio Grande	2004	3	4	5	5
Universidade Federal de Lavras	2005	4	4	5	5
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2006	5	5	5	5
Universidade Federal do Tocantins	2006	5	4	5	4
Universidade Federal de Maringá - Campus Umuarama	2006	4	NR	NR	NR
Universidade Católica do Salvador	2009	5	5	5	5
Universidade Federal de Pelotas	2010	5	4	5	5
Universidade Federal de Santa Maria	2012	4	5	5	4
Universidade Federal de Ouro Preto.	2012	4	5	5	4
Universidade Federal da Fronteira Sul	2013	4	4	5	5

## Resumo das observações:

		FACILITADORES			
		INTERNOS			EXTERNOS
		Apoio Institucional	Pesquisas e Seminários	Extensão Universitária	Financiamento
FREQUÊNCIA	Concordo Totalmente	5	5	12	7
	Concordo Parcialmente	7	7	0	3
	Indiferente	1	1	0	1
	Discordo Parcialmente	0	0	0	0
	Discordo Totalmente	0	0	0	0
MODA		Concordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente	Concordo Totalmente

Como se pode observar, é quase unânime entre as IES pesquisadas a influência dos fatores do ambiente interno como facilitadores do processo de surgimento de uma IES dentro da universidade. Em relação ao fator **Extensão Universitária**, quase todos os respondentes concordam fortemente que a IES se encaixa bem nos princípios da extensão universitária; sendo então esses princípios e sua difusão a partir da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 um facilitador, ao menos na perspectiva de legitimar esse tipo de organização que começa a surgir.

Em relação ao **Apoio Institucional**, todas as IES pesquisadas concordam que contaram com algum tipo de apoio institucional por parte da universidade e que isso facilitou o surgimento da organização. O grau de concordância varia entre as IES, mas, no entanto não foi encontrada nenhuma relação clara que explique a diferença. O mesmo acontece com o fator **Pesquisas e Seminários**. Dado que esses dois últimos fatores estão relacionados com a Extensão Universitária, seja através da perspectiva institucional ou da perspectiva acadêmica; e que para esse último fator a concordância total é unânime, poder-se-ia então esperar respostas correlatas para os outros dois outros facilitadores internos.

### Questões abertas sobre Articulação da Sociedade Civil

Nome da incubadora e universidade	Ano de fundação	A incubadora contou com o apoio de alguma outra entidade?	Se sim, Quais?
Universidade Estadual de Maringá	2000	Sim	Empresa Júnior da UEM
Fundação Getúlio Vargas	2001	Sim	CEAPG - Centro de Estudos em Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas
Universidade Federal da Paraíba	2001	Sim	Rede UNITRABALHO
Universidade do Estado do Mato Grosso	2003	Sim	Rede UNITRABALHO
Universidade Federal do Rio Grande	2004	Sim	COEP - Comitê da Cidadania e Combate a fome e Rede de ITCPs
Universidade Federal de Lavras	2005	Sim	Rede de ITCPs
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2006	Sim	Fundação Banco do Brasil
Universidade Federal do Tocantins	2006	Não	-
Universidade Federal de Maringá - Campus Umuarama	2006	Sim	Rede UNITRABALHO
Universidade Católica do Salvador	2009	Sim	CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
Universidade Federal de Pelotas	2010	Sim	Universidade Católica de Pelotas
Universidade Federal de Santa Maria	2012	Sim	Rede de ITCPs
Universidade Federal de Ouro Preto.	2012	Sim	Cáritas MG
Universidade Federal da Fronteira Sul	2013	Sim	CEAGRO e SENAES - Secretária Nacional de Economia Solidária

Com exceção da IES da Universidade Federal do Tocantins, todas as outras incubadoras pesquisadas apontam pelo menos uma organização da sociedade civil que apoiou o surgimento da incubadora. Das 13 respostas então, quatro IES receberam apoio de um núcleo interno à universidade, é o caso da incubadora da FGV, através do Centro de Estudos em Políticas Públicas e Governo, ou da incubadora da UEM, com apoio da Empresa Júnior da UEM.

Quatro outras IES apontam alguma organização externa à universidade, não vinculada diretamente ao movimento das IES. É o caso da UFRG com apoio do COEP - Comitê da Cidadania e Combate e da UFRN com o apoio da Fundação Banco do Brasil (ambos os entes apoiaram o surgimento da primeira ITCP, da UFRJ). No caso da UFFS encontramos uma particularidade, a única IES que recebeu apoio direto da SENAES e também de uma organização privada.

As demais IES pesquisadas, apontam as redes de incubadoras de economia solidária como principal apoiador no processo. Três apontam a Rede de ITCPs e outras três a Rede Unitrabalho. Em pesquisas futuras, poderia ser interessante analisar o perfil metodológico dessas organizações e relaciona-los com as organizações apoiadoras no processo de nascimento das incubadoras. No caso das Redes de IES essa relação pode ser mais interessante, pois uma das funções da Rede é apoiar o surgimento de novas IES, e para tanto usa da própria metodologia de incubação, orientada justamente para organizações de economia solidária nascentes, para apoiar esse processo; praticando então uma transferência metodológica, além das crenças e valores que perpassam o movimento de economia solidária.

Nome da incubadora e universidade	Ano de fundação	A incubadora contou com o apoio de alguma outra incubadora de economia solidária?	Se sim, Quais?
Universidade Estadual de Maringá	2000	Não	-
Fundação Getúlio Vargas	2001	Sim	ITCP-USP
Universidade Federal da Paraíba	2001	Não	-
Universidade do Estado do Mato Grosso	2003	Sim	IES das universidades: UFPA, UEM, UFSE, UFPB e UFC

Universidade Federal do Rio Grande	2004	Não	-
Universidade Federal de Lavras	2005	Sim	ITCP-UFSJ / ITCP - UFV
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2006	Não	-
Universidade Federal do Tocantins	2006	Não	-
Universidade Federal de Maringá - Campus Umuarama	2006	Sim	IES do campus sede
Universidade Católica do Salvador	2009	Sim	INCUBA - UFRB
Universidade Federal de Pelotas	2010	Sim	ITCP - UCPeI
Universidade Federal de Santa Maria	2012	Não	-
Universidade Federal de Ouro Preto.	2012	Sim	ITCP da UFRN
Universidade Federal da Fronteira Sul	2013	Sim	ITCP-Unochapecó

Sobre o apoio direto de alguma outra IES, oito organizações tiveram apoio direto, sendo que sete não. É interessante observar que muitas das organizações que não contaram com o apoio das Redes de IES, tiveram apoio de alguma incubadora específica; de forma então a ter possibilitado alguma transferência metodológica e cultural.

Outra observação interessante, é o caso das IES da UEM e da UFRN, que não tiveram apoio de nenhuma organização ligada ao tema da economia solidária; embora ambas concordem fortemente que as pesquisas do campo da economia solidária foram motivadores e facilitadores para o processo de surgimento da IES. Em pesquisas futuras, ao analisar os tipos de organizações que se formaram nesse campo, pode-se ater a essas organizações que tiveram pouco ou nenhum contato com outras organizações do mesmo campo, no seu processo de constituição.

**Questão aberta sobre políticas públicas**

Nome da incubadora e universidade	Ano de fundação	Houve alguma política pública que facilitou diretamente o surgimento da incubadora?	Se sim, Quais?
Universidade Católica do Salvador	2009	SR	SR
Fundação Getúlio Vargas	2001	Não	-
Universidade Estadual de Maringá	2000	Não	-
Universidade Federal da Fronteira Sul	2013	Não	-
Universidade Federal de Santa Maria	2012	Sim	Programa de Extensão Universitária - MEC e SENAES (Proninc)
Universidade Federal de Pelotas	2010	Sim	Programa de Extensão Universitária - MEC
Universidade Federal de Lavras	2005	Sim	SENAES
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2006	Não	-
Universidade Federal da Paraíba	2001	SIM	SENAES (Proninc)
Universidade Federal do Tocantins	2006	Não	-
Universidade Federal do Rio Grande	2004	Sim	FINEP - Financiadora de estudos e projetos
Universidade Federal de Ouro Preto.	2012	Sim	Programa de Extensão Universitária - MEC'
Universidade do Estado do Mato Grosso	2003	Sim	SENAES (Proninc)
Universidade Federal de Maringá - Campus Umuarama	2006	Sim	SENAES (Proninc)

Sobre o fator **Políticas Públicas** como facilitador do processo de surgimento das IES, oito incubadoras apontam que tiveram alguma política pública que facilitou o processo. Todas elas estão ligadas diretamente a uma política de financiamento. Três IES tiveram o apoio do ProExt – Programa de Extensão Universitária através do Ministério da Educação, quatro tiveram o apoio da PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Economia Solidária através da SENAES, dentro Ministério do Trabalho e Emprego, e uma teve o apoio da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia.

## 10. RESULTADOS

Ao final desse estudo pode-se observar que quase todos os fatores selecionados como motivadores e facilitadores do processo de constituição de uma incubadora de economia solidária fazem algum sentido; considerando a amostra em questão.

Abaixo temos duas tabelas com a relevância de cada fator, nos dois ambientes analisados. Essa relevância foi quantificada através de uma média ponderada das respostas da escala likert. Para as questões abertas, foi feita uma média ponderada das variáveis dummies, atribuindo peso 5 para a dummy “Sim” e peso 1 para a dummy “Não”. Vale dizer, que reconhecemos a limitação do método usado; sendo, portanto, mas importante alguma métrica que simplesmente nos permita ordenar os fatores.

	Motivadores	Relevância	
		Fator	Ambiente
Externo	Contexto socioeconômico e político	4,75	4,52
	Economia Solidária e difusão ideológica	4,29	
Interno	Pesquisa e Ideologia	3,85	2,98
	Demandas do entorno	3,31	
	Movimento Estudantil	1,79	

As tabelas nos ajudam a visualizar a relevância de cada um dos fatores utilizados na pesquisa. É interessante notar que as IES parecem terem surgido por uma motivação muito mais externa à universidade do que interna, sendo essa motivação muito fortemente ligada ao movimento de economia solidária e sua dimensão político-ideológico. Essa dimensão também parece estar presente internamente, a partir das pesquisas e demais movimentos que circulam na academia.

Além desses motivadores correlatos, há também alguma demanda percebida no entorno que pode ter motivado o surgimento da IES; mas, embora na tabela o fator pareça

relevante, ao se analisar as respostas aos projetos estruturantes, ou seja, o primeiro projeto de cada IES, vemos que muitas tiveram que empreender algum esforço para encontrar um projeto a ser incubado. O que talvez podemos concluir disso, é que muitas delas não surgem a partir de uma demanda específica, como o caso da ITCP da UFRJ (que surge a partir de um pedido do COEP para apoiar o surgimento da Cooperativa de Manguinhos). Ao ainda analisar os projetos estruturantes da cada IES cruzando com as respostas sobre as **percepções das demandas do entorno**, observamos que algumas IES concordam fortemente que surgem a partir de uma demanda do entorno; mas não conseguimos ver um projeto específico que tenha sido apresentado como uma demanda do entorno.

De todos os fatores do estudo, somente **movimento estudantil** parece não fazer nenhum sentido como motivador para o surgimento desse tipo de organização, embora pelo menos uma organização teve suas raízes fortemente nesse tipo de movimento. Reconhecemos então a limitação do fator, mas acreditamos que talvez se faça necessário discorrer um pouco mais sobre o conceito e melhor traduzi-lo na pesquisa; ou realoca-lo no bloco de facilitadores. Pois, por exemplo, a IES da UEM surge a partir de uma articulação juntamente com uma Empresa Júnior (gerida por estudantes), mas discorda fortemente que o movimento estudantil seja um fator motivador do surgimento da incubadora.

	Facilitadores	Relevância	
		Fator	Ambiente
Interno	Programas de Extensão	5,00	4,54
	Apoio Institucional	4,31	
	Pesquisas e Seminários	4,31	
Externo	Financiamento	4,55	4,08
	Organizações da sociedade civil	4,42	
	Políticas Públicas	3,28	

No caso dos facilitadores, tanto o ambiente interno quanto externo apresentam grande relevância no processo. O apoio da universidade parece mesmo facilitar esse processo, e os programas de extensão dão legitimidade à esse tipo de organização. Pesquisas e eventos acadêmicos também se mostram com forte facilitador, claramente pela própria perspectiva da extensão e do tripé ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas; mas também por ser um canal onde não só os princípios, mas, agora fortemente, a prática da economia solidária pode ser transmitida.

O financiamento e as políticas públicas (que para essa amostra se traduzem em programas de financiamento) também se mostram como fatores altamente relevantes como um

facilitador do processo de constituição de uma IES. A conclusão já era esperada, pela natural dependência de recursos que uma organização produtiva enfrenta; sobretudo no seu processo de constituição. O interessante aqui então, é encontrar, nas respostas sobre políticas públicas, os principais financiadores dessas organizações.

Sobre esses financiadores, o que chama atenção é que os programas encontrados são de pelo menos três ministérios, e em nossa pesquisa exploratória, descobrimos que há ainda mais ministérios, como o da Saúde, Cultura e Agricultura que também estão financiando projetos de economia solidária. Sabemos que a SENAES, que gere o programa PRONINC juntamente com outras organizações públicas e da sociedade civil, é responsável por parte dessa diversidade de programas de financiamento para os projetos de economia solidária, no nível do governo federal. Esse movimento sugere então futuros estudos para aprofundar o olhar na articulação que está acontecendo no governo federal sobre o eixo da economia solidária.

Por fim, as organizações da sociedade civil também se apresentaram como um forte facilitador para a constituição de uma IES. Quase todas as incubadoras pesquisadas tiveram algum tipo de apoio de outra organização, e muitas tiveram apoio de uma outra IES ou de uma das Redes de Incubadoras de Economia Solidária.

## **11. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Primeiramente reconhecemos a limitação desse estudo para alcançar os objetivos iniciais desse projeto. A nossa primeira ideia era mesmo analisar o movimento de difusão desse tipo de organização, nesse sentido esse estudo não nos dá uma imagem satisfatória desse processo, dado o tamanho da amostra. Mas aponta alguns fatores e algumas reflexões que podem nos ajudar a aprimorar a metodologia desse estudo, na medida em que vamos sofisticando o nosso instrumento de coleta de informações e aumentando o número de organizações pesquisadas.

Entendemos também que análise do movimento de difusão das IES é ainda uma imagem introdutória que vai nos ajudar a entender os tipos de organizações que estão se formando nesse campo e a complexidade de suas relações. Sabemos que o entendimento dessas relações não será tarefa fácil, dado a complexidade de cada uma dessas organizações, suas especificidades e sua natureza muitas vezes intermitente.

Na nossa observação empírica, percebemos que essas organizações se organizam tal qual as cooperativas que elas incubam; de forma que uma forte referência para aplicação da metodologia de incubação, é a própria dinâmica da incubadora. Sendo assim, um elemento essencial da metodologia da incubadora é a sua própria cultura organizacional. Outra observação é o conceito de co-incubação, quando a incubadora assume que incuba um empreendimento

juntamente com ele. Esse tipo de relação nos sugere uma ideia de que ao incubar uma organização a incubadora sofre um processo de “incubação” de volta. De forma que os processos transformadores estão continuamente presente nas duas organizações que se relacionam.

Essas observações são importantes ser colocadas somente para apontar o desafio de buscar entender a complexidade dessas organizações, e, sobretudo a complexidade do campo institucional que está se formando. Cada imagem que for tirada de uma única organização poderá nos mostrar um desenho, que pode ser significativamente diferente da próxima ou da imagem anterior. Ao colecionar então uma sequência dessas imagens, podemos talvez ver um movimento coerente que está acontecendo nesse campo e o dinamismo então dessas organizações.

Portanto reconhecemos o desafio de entendê-las, mas acreditamos que esse estudo, e sua continuidade, pode nos ajudar a compor certas lentes que nos vão ser útil na operacionalização de estudos futuros nesse campo.

Estamos também com o desafio de entender a complexidade do ecossistema que está sendo constituído a partir dos referenciais da economia solidária. A articulação interministerial da SENAES, os fóruns estaduais e regionais de economia solidária, as redes de produção de tecnologia social, o campo acadêmico e os diferentes arranjos produtivos como as feiras de comércio justo, feiras de trocas, redes de empreendimentos de economia solidária e os dispositivos de desenvolvimento local como os bancos comunitários e as próprias incubadoras nos parecem como elementos, em si só, extremamente complexos dentro desse ecossistema que se interagem de forma ainda mais complexa.

Nessa perspectiva então, do ecossistema, acreditamos que o entendimento das dinâmicas das incubadoras de economia solidária pode ser um importante recorte e canal de entrada para o aprofundamento nesse estudo; uma vez que as incubadoras são um dispositivo que está bem articulado com todos esses outros elementos, além de ser uma fonte de criação e reprodução dessas lógicas de relacionamentos, ainda retroalimentando os demais elementos do sistema.

Terminamos esse estudo, então, satisfeitos com os entendimentos que nossa pesquisa exploratória nos trouxe e motivados a continuar aprofundando nosso olhar nesse campo e colaborando com as diversas frentes que também transitam dentro dessa esfera.

## 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. Psicossociologia e economia solidária: um estudo de caso sobre o trabalho coletivo em uma associação de catadores de material reciclável. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Belo Horizonte, 2004.

Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005 – 2007 - Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG – São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes. 1985.

GUIMARÃES, Gonçalo. *Sindicalismo e cooperativismo. A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. São Paulo, UNITRABALHO, 2000

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda.

ITCP/COPPE/UFRJ. *Os ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

Metodologias de incubação. Disponível em:< [www.itcp.usp.br](http://www.itcp.usp.br)>.Acesso em: 25 jun. 2014.

Programa Nacional de Incubadoras de Economia Solidária. Disponível em:< <http://www.finep.gov.br/proninc>>.Acesso em: 15 mai. 2014.

POWELL, W.; DIMAGGIO, P.. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. In: POWELL, W. DIMAGGIO, P. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: Chicago University Press. 1991.

Redes de economia solidária. Disponível em:< <http://www.unitrabalho.org.br/>>.Acesso em: 25 jun. 2014.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1. ed. São Paulo: Fundação Persu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

### 13. ANEXO I – INSTRUMENTO DE COLETA

1. Nome da Incubadora:
2. Ano de fundação:
3. Quais os primeiros movimentos que deram origem a Incubadora?
4. Quais foram os motivadores para o surgimento da incubadora?
5. E quais fatores facilitaram? E quais dificultaram?
6. Há um momento específico que marca a fundação da incubadora?
7. Houve algum projeto que deu forma a incubadora? Qual natureza (Pesquisa, extensão, outro)? Qual a fonte de financiamento?
8. A incubadora contou com o apoio de alguma outra entidade? Se sim, qual?
9. A incubadora contou com o apoio de alguma outra IES? Se sim, qual?
10. Houve alguma política pública que facilitou diretamente o surgimento da incubadora?
11. Sobre as afirmações abaixo:

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo totalmente
O contexto socioeconômico e político brasileiro motivou o surgimento da incubadora					
As pesquisas e publicações em economia solidária serviram como base para formação da incubadora					
A incubadora surgiu a partir de uma corrente ideológica dentro da universidade					
O movimento estudantil foi essencial para a criação da incubadora					
A universidade apoiou a criação da incubadora					
O financiamento público foi decisivo para criação da incubadora					
O financiamento público é decisivo para manutenção da incubadora					
A incubadora se encaixa bem nos princípios da extensão universitária					
A incubadora surge mais por uma demanda interna à universidade do que externa					

### 12. Breve histórico